CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

PF vê esquema criminoso em desvio de emendas de Mario Frias e cita Dark Horse

Fonte original: Brasil 247. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Brasil 247 (brasil247.com)
Autor	Otávio Rosso
Data de publicação	25/09/2026 06:34
URL original	https://www.brasil247.com/brasil/pf-ve-esquema-criminoso-em-desvio-de-emendas-de-mario-frias-e-cita-dark-horse/
Relevância	Alta · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Karina Gama, Mário Frias, André Feldman, Heric Dias, Fabio Meirelles, Jair Bolsonaro
Organizações	Complexsys, Prefeitura de São Paulo, Polícia Federal, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Instituto Super Poder Educacional, Google, Ministério da Ciência
Data da coleta	29/09/2026 10:04
Situação	No ar · última verificação 27/11/2026 20:05
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Ainda de acordo com a investigação, o advogado recebeu R$ 69 mil entre outubro de 2024 e abril de 2026 da Complexsys, empresa que movimentou valores milionários relacionados ao ICB. (defesa/posicionamento)

• A Complexsys, do empresário Andre Feldman, recebeu ao menos R$ 154 mil de Frias entre setembro de 2024 e abril de 2026, também com recursos de cota parlamentar.

• Entre outubro de 2024 e outubro de 2025, a Complexsys movimentou mais de R$ 18 milhões.

• Também enviou recursos à ANC, a Feldman, ao advogado Fábio Meirelles, ao próprio ICB e a Karina Gama. (defesa/posicionamento)

• De 29 de dezembro de 2025 a abril de 2026, foram mais de R$ 8 milhões movimentados, com novos repasses do ICB, de Feldman, de Frias e de outra empresa do grupo Complexsys.

• Por meio de sua assessoria, a Complexsys afirmou refutar “todas as imputações sobre a empresa” e disse que responderá nos autos do processo. (defesa/posicionamento)

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Brasil 247

RESUMO

247 – A Polícia Federal aponta que emendas parlamentares do deputado federal Mario Frias (PL-SP) podem ter abastecido um esquema de desvio de recursos públicos envolvendo projetos esportivos e de letramento digital, empresas ligadas a aliados do parlamentar, advogados, ex-secretários e uma produtora associada ao filme “Dark Horse”, sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A Folha também identificou o pagamento de despesas de familiares de Frias no suposto esquema.

247 – A Polícia Federal aponta que emendas parlamentares do deputado federal Mario Frias (PL-SP) podem ter abastecido um esquema de desvio de recursos públicos envolvendo projetos esportivos e de letramento digital, empresas ligadas a aliados do parlamentar, advogados, ex-secretários e uma produtora associada ao filme “Dark Horse”, sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). As informações foram reveladas pela Folha de São Paulo.

Segundo documento da PF citado pelo jornal, R$ 2 milhões em emendas destinadas aos projetos “Lutando pela Vida” e “Jovem Empreendedor” podem ter sido desviados por meio de repasses feitos pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB), entidade que recebeu os recursos, a empresas conectadas a pessoas próximas ao deputado.

A investigação apura suspeitas de crimes como peculato, fraude e lavagem de dinheiro. O relatório policial também menciona que o suposto esquema pode ter relação com gastos de cota parlamentar, doações de campanha e transferências que chegaram à Go Up, produtora que recebeu recursos de Daniel Vorcaro a pedido do presidenciável Flávio Bolsonaro (PL) para a realização do filme “Dark Horse”.

Tanto a Go Up quanto o ICB são ligados à empresária Karina Gama, investigada pela PF. Empresas associadas a ela também receberam verbas de outros parlamentares e de órgãos públicos, como a Prefeitura de São Paulo. Karina nega irregularidades e afirmou que “investigação não é acusação, muito menos condenação”.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Mario Frias, que tenta a reeleição, também nega qualquer irregularidade no exercício do mandato. O deputado classificou a operação de busca e apreensão realizada contra ele em 10 de setembro como “cortina de fumaça” no contexto das eleições de 2026.

Um dos pontos centrais da apuração envolve pagamentos feitos pelo ICB a advogados ligados ao parlamentar. Segundo a PF, Fábio Lago Meirelles, um dos advogados de Frias, é titular da LF&P Consulting, empresa que recebeu R$ 80 mil do instituto no âmbito do projeto “Jovem Empreendedor”, por meio de contratos de serviços contábeis e jurídicos.

A assinatura de Meirelles também aparece no Estatuto Social do ICB, e a LF&P funcionava no mesmo edifício do instituto. Ainda de acordo com a investigação, o advogado recebeu R$ 69 mil entre outubro de 2024 e abril de 2026 da Complexsys, empresa que movimentou valores milionários relacionados ao ICB.

Outro advogado de Frias, Diego Aguilera Martinez, também é citado no documento. A Aguilera Martinez Sociedade de Advocacia recebeu R$ 151.427,13 do ICB em um único pagamento. À Folha, Martinez afirmou que os serviços foram efetivamente prestados e negou irregularidades.

“Me sinto indignado por estar nessa situação, pois os trabalhos foram efetivamente prestados e não há nada além disso”, disse. “Não se pode confundir a pessoa do investigado com os seus advogados, porque isso é criminalizar a advocacia. Temos certeza que tudo será esclarecido e no final a verdade prevalecerá”.

A PF também aponta conexões envolvendo ex-secretários parlamentares de Frias e familiares. Raphael Augusto Azevedo, ex-secretário do deputado, foi um dos alvos de busca e apreensão. O irmão dele, Kayo Henrique Azevedo, aparece como responsável técnico do projeto “Jovem Empreendedor” após pedido do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação por documentação adicional sobre a viabilidade operacional da proposta.

Kayo afirmou à Folha que não tinha “ciência do projeto que está no inquérito” e disse não ter acesso aos documentos do processo. “A gente não tem acesso ao documento que mostra que sou eu que estou nesse projeto e nem o porquê da busca [e apreensão] na minha casa”, declarou.

A ex-companheira de Kayo, Gardenia Morais, também foi secretária parlamentar de Frias. Em maio, ela confirmou ao G1 ter repassado parte do salário a Raphael Azevedo, prática conhecida como rachadinha. A Folha também identificou o pagamento de despesas de familiares de Frias no suposto esquema.

Outra ex-secretária mencionada é Paula de Oliveira Lima, que trabalhou no gabinete do deputado entre fevereiro e abril de 2024. Dois dias após sua exoneração, ela abriu a Agência Loop, empresa que apresentou ao ICB uma proposta comercial de R$ 311 mil para o projeto “Jovem Empreendedor”.

A investigação também menciona doações de campanha e contratações associadas ao ICB. Em 2022, Frias recebeu R$ 70 mil de Luiza Tessari Rocha Dias, casada com Heric Dias, sócio-administrador da NTT. A doação foi a terceira maior recebida pelo deputado naquela eleição.

Rudyge Boldrini, por sua vez, doou R$ 4 mil à campanha de Frias em 2022 e também atuou como prestador de serviços, recebendo R$ 7.500 entre agosto e outubro daquele ano. Depois, foi eleito conselheiro fiscal do ICB para mandato de janeiro de 2024 a janeiro de 2032, mas renunciou em novembro de 2024.

Boldrini foi contratado pelo instituto no projeto “Lutando pela Vida”, cuja execução não foi integralmente comprovada, segundo a Controladoria-Geral da União. De acordo com as autoridades, ele abriu um MEI

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

poucos dias antes da contratação pelo ICB, “com possível assinatura retroativa do respectivo contrato”. O contrato previa R$ 105 mil por serviços de coordenação técnica e organizacional de atividades de jiu-jitsu.

A PF também identificou movimentações envolvendo empresas contratadas com recursos de cota parlamentar. A GTrend, cujo sócio-administrador era Wemerson Marinho, ex-marido de Karina Gama, recebeu R$ 115,6 mil entre abril de 2023 e agosto de 2024 por serviços prestados ao gabinete de Frias.

À Folha, Marinho afirmou que seus advogados buscam acesso integral aos autos e que não comentaria o mérito de alegações ainda em apuração. “Prestarei todos os esclarecimentos pertinentes pelos canais adequados, no momento oportuno”, disse.

A Complexsys, do empresário Andre Feldman, recebeu ao menos R$ 154 mil de Frias entre setembro de 2024 e abril de 2026, também com recursos de cota parlamentar. A empresa aparece em diferentes pontos da investigação como destinatária ou remetente de valores ligados a pessoas e empresas associadas à suposta organização criminosa.

Entre outubro de 2024 e outubro de 2025, a Complexsys movimentou mais de R$ 18 milhões. Nesse período, recebeu R$ 5 milhões do ICB e R$ 92,4 mil de Frias. Também enviou recursos à ANC, a Feldman, ao advogado Fábio Meirelles, ao próprio ICB e a Karina Gama.

A movimentação continuou nos meses seguintes. Entre outubro e dezembro de 2025, a empresa movimentou mais de R$ 10 milhões, incluindo mais de R$ 3 milhões recebidos do ICB. De 29 de dezembro de 2025 a abril de 2026, foram mais de R$ 8 milhões movimentados, com novos repasses do ICB, de Feldman, de Frias e de outra empresa do grupo Complexsys.

Por meio de sua assessoria, a Complexsys afirmou refutar “todas as imputações sobre a empresa” e disse que responderá nos autos do processo. A companhia também declarou que o contrato com o gabinete de Frias “está de acordo com todas as exigências legais” e que segue “à disposição das autoridades para todos os esclarecimentos que se fizerem necessários”.

Outro ponto relevante da apuração envolve transferências para a Go Up, produtora de “Dark Horse”. Segundo a PF, Frias enviou R$ 645 mil à empresa, valor considerado incompatível com o salário parlamentar de R$ 44 mil.

A Go Up também recebeu R$ 750 mil da NTT, empresa de Heric Dias. Ele é vinculado a duas empresas, a Dinâmica Editora e o Instituto Super Poder Educacional, que receberam R$ 700 mil de emendas parlamentares de Frias destinadas ao ICB no projeto “Jovem Empreendedor”.

Pamella Cristiane Dias, irmã de Heric, é sócia do Instituto Super Poder Educacional Ltda., conhecido como Super Leitores, e autora de livros fornecidos ao mesmo projeto. A PF ainda aponta que a Go Up recebeu R$ 2.614.000 entre 10 de novembro e 30 de dezembro de 2025 da Conhecer Brasil Assessoria Produção e MKT Cultural, a GO 7, também ligada a Karina Gama.

A GO 7, por sua vez, recebeu R$ 1 milhão do ICB entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026. A empresa também recebeu R$ 54 mil em gastos da campanha de Frias em 2022.

❗ Se você tem algum posicionamento a acrescentar nesta matéria ou alguma correção a fazer, entre em contato com .

✅ Receba as notícias do Brasil 247 e da TV 247 no Telegram do 247 e no canal do 247 no WhatsApp.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Marque o Brasil 247 como fonte preferida no Google:

Apoie o jornalismo independente do 247:

Dark Horse | mário frias | polícia federal | são paulo

Fonte original: https://www.brasil247.com/brasil/pf-ve-esquema-criminoso-em-desvio-de-emendas-de-mario-frias-e-cita-dark-horse/ · Coletado em 29/09/2026 10:04 · Gerado em 27/11/2026 23:47

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.